

## SUMÁRIO

HIPÓTESES DE REINCLUSÃO EM PROGRAMAS DE PARCELAMENTO	9
<i>Edison Carlos Fernandes e Taís Folgosi Françoso</i>	
1. Introdução	9
2. Ato administrativo de exclusão dos programas de parcelamento	10
3. Hipóteses de reinclusão nos programas de parcelamento — via administrativa	12
4. Hipóteses de reinclusão nos programas de parcelamento — via judiciária	13
5. Hipóteses de reinclusão em programas de parcelamento — ação de consignação em pagamento	17
6. Conclusões	20
A GARANTIA DA INAFASTABILIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL E A REVISÃO JUDICIAL DE PARCELAMENTO	23
<i>Célio Armando Janczeski</i>	
1. Introdução	23
2. Garantia constitucional do acesso ao judiciário	24
3. A interpretação da constituição e a supremacia constitucional	25
4. Parcelamento e revisão	28
5. Renúncia de acesso ao Judiciário	32
6. Desistência e renúncia ao direito que se funda a demanda	36
7. Considerações finais	41
OS JUROS NO PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO	43
<i>Cristiano Carvalho e José Augusto Dias de Castro</i>	
1. Introdução	43
2. Breve noção de juros	44
3. Moratória e parcelamento	47
4. Juros em matéria tributária	50
5. Conclusão	56
PARCELAMENTO DE DÉBITOS E ENCARGOS MORATÓRIOS	59
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
1. Introdução	59
2. Exigibilidade e suspensão da exigibilidade	60
3. Caráter jurídico da mora	63
4. Juros de mora no CTN	65
5. Caráter penal dos juros de mora	67
6. Parcelamento e juros de mora	73

INTERESSE DE AGIR EM AÇÃO DE REVISÃO DE  
PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS 75

*Fabiana Del Padre Tomé*

1. Introdução: a fenomenologia da incidência tributária e o necessário quadramento do fato à norma 75
2. As condições da ação no direito positivo brasileiro 77
3. Definição do conceito de tributo 79
4. A finalidade das provas no sistema do direito positivo 80
5. Algumas anotações sobre a confissão 82
6. Confissão em matéria tributária e a figura do parcelamento com confissão de débitos de tributos 86
7. Conclusões 92
8. Referências bibliográficas 93

ABATIMENTOS NAS MULTAS E ISONOMIA 95

*Gabriel Lacerda Troianelli*

1. Introdução 95
2. Multa: natureza e finalidade 96
3. Anistia: natureza e finalidade 97
4. Limites objetivos da anistia 100
5. Outros limites da anistia: isonomia, proporcionalidade e razoabilidade 104
6. Bibliografia 107

A EXIGÊNCIA DE DESISTÊNCIA EXPRESSA DOS PROCESSOS  
JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS E A QUESTÃO DA  
RENÚNCIA TÁCITA 109

*Harrison Ferreira Leite*

1. Introdução 109
2. Da transação com o poder público 110
3. Da renúncia a direito fundamental — exame da proporcionalidade 113
4. Limite da restrição do acesso à justiça 121
5. Dos limites da norma tributária de *parcelamento* (transação) 127
6. Das normas restritoras de direitos do contribuinte 135
7. Conclusões 137
8. Bibliografia 139

A DENÚNCIA ESPONTÂNEA DO DÉBITO E A POSSIBILIDADE  
DO PAGAMENTO PARCELADO 141

*Jorge Sylvio Marquezi Junior*

1. Introdução 141
2. Conceitos e premissas 142
3. A expressão pagamento contida no artigo 138 do Código Tributário Nacional 151

4. A possibilidade do pagamento parcelado nos casos de denúncia espontânea	155
5. O pagamento parcelado em denúncia espontânea após a Lei Complementar nº 104/01	156
6. Conclusão	162
<b>DEVERES FUNDAMENTAIS, DENÚNCIA ESPONTÂNEA E PARCELAMENTO</b>	163
<i>José Carlos Francisco</i>	
1. Introdução	163
2. Direitos, garantias e deveres fundamentais em matéria tributária	163
3. Denúncia espontânea e o direito tributário penal	169
4. Espécies de multas excluídas	170
5. A espontaneidade e a comunicação ao fisco	173
6. Pagamento, parcelamento e denúncia espontânea	174
7. Conclusão	178
<b>O PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO, A CLÁUSULA DE CONFISSÃO E A REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO</b>	179
<i>Klaus E. Rodrigues Marques e Rodrigo Rigo Pinheiro</i>	
1. Problemática	179
2. Da cláusula de confissão do débito prevista no pedido de parcelamento	180
3. Repetição de indébito tributário	184
4. Ação de repetição de indébito x efeitos do parcelamento administrativo	190
5. Conclusão	193
<b>A EXCLUSÃO POR INADIMPLÊNCIA NO PARCELAMENTO, POR DESCUMPRIMENTO DE OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS PRINCIPAIS E/OU ACESSÓRIAS DO CONTRIBUINTE E OUTRAS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO</b>	195
<i>Lais Vieira Cardoso</i>	
1. Introdução	195
2. Obrigações fiscais, principais e acessórias, dos contribuintes	196
3. A natureza das normas de parcelamento	197
4. As cláusulas de exclusão dos parcelamentos	206
5. Consequências da exclusão	210
6. Constitucionalidade e legalidade das hipóteses de exclusão	212
7. Meios administrativos e judiciais de reinclusão	216
8. Conclusões	221
9. Referências bibliográficas	223

EXCLUSÃO SUMÁRIA DO REFIS POR AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO FORMAL. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E MOTIVAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÕES CG/REFIS Nº 9 E Nº 20. OFENSA AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E BOA-FÉ, E AOS CONTIDOS NOS ARTS. 170 E 174 da CF — PARECER	227
<i>Ives Gandra da Silva Martins, José Ruben Marone e Soraya David Monteiro Locatelli</i>	
1. Consulta	227
2. Resposta	229
A VALIDADE E A EFICÁCIA DA CLÁUSULA DE CONFISSÃO PARA A ADESÃO DO CONTRIBUINTE AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	269
<i>Alexandre Siciliano Borges e Luís Flávio Neto</i>	
1. Introdução	269
2. A natureza jurídica da obrigação tributária	270
3. A natureza jurídica da norma de parcelamento	275
4. A cláusula de confissão irretratável e irrevogável como condição ao parcelamento de créditos tributários	280
5. O entendimento dos Tribunais Superiores	296
6. Conclusões	306
FORMALISMO NA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE PARCELAMENTO. UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO PÓS-POSITIVISMO	309
<i>Fábio Pallaretti Calcini</i>	
1. Introdução	309
2. A interpretação da legislação sobre parcelamento à luz do pós-positivismo	310
3. Casos concretos a serem resolvidos pelo pós-positivismo	316
4. Conclusão	321
PARCELAMENTO, CONFISSÃO DE DÍVIDA E QUESTIONAMENTO JUDICIAL	323
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
1. Introdução	323
2. Obrigação tributária e vontade	324
3. O objeto da confissão	327
4. Condições para a concessão do parcelamento e consequências de seu descumprimento	328
5. Conclusões	331

A DENÚNCIA ESPONTÂNEA ACOMPANHADA DO PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO	333
<i>Júlio M. de Oliveira e Carolina Romanini Miguel</i>	
1. A denúncia espontânea	334
2. Dos valores passíveis de exclusão do crédito tributário	342
3. Do parcelamento de crédito tributário	345
EFEITOS DO PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, PARA FINS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PENAL	357
<i>Aurora Tomazini de Carvalho</i>	
1. Introdução	357
2. Proposições propedêuticas	357
3. Normas de extinção da punibilidade penal pelo pagamento do tributo devido	359
4. Parcelamento do crédito tributário	362
5. Parcelamento e as disposições sobre punibilidade penal nas leis do Refis e Paes	365
6. Conclusões	372
7. Citações Bibliográficas	373
PARCELAMENTO DE DÉBITOS EXCLUSÃO POR INADIMPLÊNCIA SEM CULPA DO CONTRIBUINTE	375
<i>Luiz Fernando Mussolini Júnior</i>	
PARCELAMENTO, SEGURANÇA JURÍDICA E ALTERAÇÕES DE REGRAS	385
<i>Charles William McNaughton</i>	
1. Delimitação do problema	385
2. Parcelamento: definição, tempo, direito adquirido e ato jurídico perfeito	386
3. Direito adquirido: a quê? Ato jurídico perfeito: por quê?	396
OS LIMITES DA CONFISSÃO DE DÍVIDA NO PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO	409
<i>Samuel Carvalho Gaudêncio</i>	
1. Introdução	409
2. Das diversas formas de constituição do crédito tributário	410
3. A confissão de dívida e seus efeitos tributários	416
4. O parcelamento tributário	424
5. Considerações finais	429
6. Referências bibliográficas	430